

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.685 - BA (2019/0296365-9)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : HENRIQUE ALVES PEREIRA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por HENRIQUE ALVES PEREIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia no julgamento do HC n. 8008377-42.2019.805.0000.

Extraí-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante em 28/3/2019 por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal (roubo circunstanciado). Referida custódia foi convertida em preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. PACIENTE PRESO EM FLAGRANTE NO DIA 28 DE MARÇO DE 2019 POR SUPOSTA PRÁTICA DE CONDOTA DELITUOSA PREVISTA NO ART.157, § 2º, II, DO CÓDIGO PENAL. ACUSAÇÃO DE SUBTRAÇÃO DE DOIS APARELHOS CELULARES MEDIANTE GRAVE AMEAÇA E EM CONCURSO DE PESSOAS. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM RAZÃO DE VIOLAÇÃO AO SISTEMA ACUSATÓRIO. NULIDADE DA CUSTÓDIA CAUTELAR EM VIRTUDE DA CONVERSÃO DE OFÍCIO DO FLAGRANTE EM PREVENTIVA. IMPOSSIBILIDADE. Não constitui ofensa ao princípio acusatório a conversão, de ofício, da prisão em flagrante em preventiva, haja vista que a nova redação dada ao artigo 310 do Código de Processo Penal pela Lei nº 12.403/2011 prevê, dentre as providências obrigatórias a serem alternativamente tomadas pelo juiz ao receber o auto de prisão em flagrante, a sua conversão em preventiva, quando presentes os requisitos legais. DESNECESSIDADE DE IMPOSIÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR EXTREMA. SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO POR MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INVIABILIDADE. 1. O modus operandi do paciente, que teria praticado um roubo a duas senhoras em plena via pública, juntamente com outro indivíduo, revela a sua periculosidade a justificar o decreto da prisão preventiva como forma de garantia da ordem pública. Nesse esteio, considerando o fato do paciente já responder a outra Ação Penal pelo mesmo crime (roubo qualificado), o decreto de prisão preventiva visa proteger a comunidade da reiteração criminosa, não implicando em violação ao princípio da

Superior Tribunal de Justiça

presunção de inocência porque devidamente fundamentada e ainda porque a prisão tem natureza cautelar, não configurando antecipação de pena. 2. A primariedade do paciente não impede a sua segregação cautelar quando presentes os requisitos da medida extrema, como ocorre na espécie. 3. A fixação de cautelar diversa à prisão revela-se insuficiente, pois nenhuma das medidas elencadas no rol taxativo do art. 319 do Código de Processo Penal seria hábil a garantir a ordem pública. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA (fls. 56/57).

No presente recurso, alega que o decreto prisional carece de fundamentação idônea, uma vez que pautado exclusivamente na gravidade abstrata do delito. Sustenta ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Ressalta as circunstâncias pessoais favoráveis do recorrente e aponta suficiência, no caso concreto, da aplicação de medidas cautelares alternativas ao cárcere.

Argumenta que, em caso de condenação, o regime inicial para o cumprimento da reprimenda será diverso do fechado. Desse modo, pondera que a manutenção da prisão cautelar seria desproporcionalmente severa.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, ainda que mediante imposição de medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Solicitem-se informações ao juízo de primeiro grau e à autoridade apontada coatora, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, quando for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

